

Transições para o 'futuro passado': memórias em disputa e 'revanchismo' na imprensa brasileira

MARIA LUIZA DE CASTRO MUNIZ*

Introdução

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito da dissertação *Opinião pública e Opinião publicada: representação política, Diretas Já e a grande imprensa nos (des)caminhos da abertura*, tem por objetivo analisar os posicionamentos da *grande imprensa* brasileira, através dos jornais *O Globo* e *a Folha de S. Paulo* – dois dos maiores jornais em circulação no Brasil atualmente. Por meio da análise de editoriais publicados pelos dois veículos impressos foi possível caracterizá-los em função de posicionamentos político-ideológicos e das relações estabelecidas com o Estado e a sociedade. Este trabalho centra-se, principalmente, na análise das opiniões publicadas ao longo de todo o ano de 1984 e, de forma auxiliar, na década anterior.

As opiniões nitidamente contrastantes dos dois jornais em relação às *Diretas Já!* motivaram inicialmente o recorte temático. Contudo, os avanços para compreensão da *grande imprensa* como ator político – suas características históricas, políticas e ideológicas –, com o avançar da pesquisa, diluíram a visão contrastante. À primeira vista, nota-se que *O Globo* se caracterizava por uma postura mais conservadora, alinhada com o regime militar e defensor incondicional das condições tuteladas de *abertura* e transição. Já a *Folha de S. Paulo*, ao longo de uma década (1974-84), segue apresentando uma imagem mais afinada com os “anseios democráticos” da sociedade civil, principalmente a partir da reformulação editorial concebida em meados de 1970 e desenvolvida nos anos seguintes. O jornal da família Frias passou a reforçar, progressivamente, uma postura crítica em relação ao regime e de oposição às manobras de tutela e continuísmo impostas durante os governos Geisel e Figueiredo.

A Campanha Nacional pelas *Diretas Já* fez aguçar as diferenças entre as respectivas *linhas editoriais*. Enquanto *O Globo* se opunha à mobilização nacional fazendo uso de uma série de argumentos e justificativas em defesa do sistema representativo, a *Folha* advogava

* Bacharel em História e Comunicação Social/Jornalismo, mestre em Ciência Política, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e pesquisadora assistente da Rede de Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN).

em favor da pressão popular, fazendo ecoar um “unísono” desejo pelo voto direto para escolha do presidente da República. Entretanto, a despeito das dissonâncias opinativas, significativas convergências despontam como indicativos do ideário liberal que caracteriza a *grande imprensa*.

Por meio da perspectiva teórica adotada, busco evidenciar a atuação político-ideológica dos proprietários da *grande imprensa* de forma que, num primeiro plano, o caráter *liberal* da *grande imprensa* é concebido sob a marca da tensão existente entre o *liberalismo* e o *favor*. Ou seja, tendo em vista as elites que conciliam os benefícios de dois universos, buscando conjugar o prestígio de sustentarem opiniões avançadas – ditas “modernas” – com as vantagens do “atraso” (Rouanet: 1993; 320). Nesse sentido, é importante deixar claro que o conteúdo reacionário e autoritário do liberalismo de nossas elites agrárias, industriais ou financeiras é concebido para além da simples oposição autoritarismo *versus* liberalismo, já que “ambos se embolam na constituição da revolução burguesa”¹. Tendo em vista uma “suposta unidade básica do pensamento político burguês”, a matriz desse pensamento é identificada por duas expressões do contratualismo anglo-saxão: de um lado o padrão autoritário (Hobbes) e de outro o padrão liberal (Locke)².

A partir de literatura específica³, considero que a *visão de classe* da *grande imprensa* é expressa e legitimada através de preceitos que envolvem o “paradigma da objetividade”. Assim, incorporo a ideia de que justificativas “técnicas” para “racionalização” e aceleração da lógica produtiva no jornalismo caracterizam construções ideológicas e reforçam relações hegemônicas. A relação entre o jornalismo e a disputa por

¹ Ver: CERQUEIRA FILHO, G. e NEDER, G. “A Teoria Política no Brasil & O Brasil na Teoria Política”. Fonte: http://www.historia.uff.br/artigos/gizlene_4encontro.pdf. Artigo apresentado no 4o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, 21-24 de julho de 2004 (PUC/ RJ)

² Esta abordagem advém de leitura do livro *Autoritarismo afetivo – A “Prússia” como sentimento*, onde Cerqueira Filho (2005) evidencia a combinação inesperada de duas expressões vistas como antagônicas: “Aquilo que Thomas Hobbes teme, e do temor faz emergir o conceito de Estado absolutista, é exatamente o que dá segurança a Adam Smith e substância ao conceito de mercado” (p.105). Daí a ideia de que a diferença entre os dois seria mais de contextualização histórica e não tanto de natureza político-ideológica. Respectivamente, Estado intervencionista e a “mão invisível” do mercado, cumprem para cada um a função de controle e domesticação daquilo que o pensamento conservador (totalitário ou liberal) registra por metáforas para não referir-se à *luta de classes*. Ver: CERQUEIRA FILHO: 2005, pp. 104-7.

³ Ver, entre outros: Lattman-Weltman, F. *Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”*. Em: ABREU, Alzira Alves; RAMOS, Plínio de Abreu (org.) [et. al.]. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. Ver também: MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 192p. E para uma abordagem mais aprofundada do tema: SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

hegemonia é concebida aqui segundo contribuições gramscianas, que situam os jornais no âmbito dos *aparelhos privados de hegemonia*.

Metodologicamente, como forma de analisar os mecanismos argumentativos adotados, os editoriais foram identificados segundo temas predominantes. Foram definidos cinco *eixos temáticos* a partir dos *atores* citados: *regime militar* (Presidente, membros do Governo, Forças militares etc.); *sistema representativo* (Partidos políticos, Colégio Eleitoral, Lideranças políticas); *sociedade mobilizada* (sindicatos, movimentos sociais, entidades profissionais etc.); *questão econômica* (Estado/ agente econômico, setores produtivos, investidores estrangeiros), *conjuntura internacional* (países vizinhos). Os *eixos*, ainda que restritos para abranger a complexidade daquela conjuntura, representam flexíveis recortes de uma ‘atualidade’ composta pelo autoritarismo e pela liberalização; pela *abertura* e pelos continuísmos; pelo endividamento, por sua crise e pelas prescrições do Fundo Monetário Internacional; por mobilizações sociais e pelo desfecho conciliador à transição democrática. Enfim, pelos múltiplos “horizontes de expectativa” (Koselleck: 2006), dentre os quais aquele exposto pela *grande imprensa* é apenas uma das alternativas.

O “Futuro passado” nos horizontes da opinião publicada

A *grande imprensa* se fizera historicamente porta-voz de uma determinada concepção de modernização/desenvolvimento identificada com o modelo evolutivo e universal transposto às nações ditas periféricas/subdesenvolvidas desde os remotos tempos coloniais. Ao longo de nossa ‘via brasileira’, nossa modernização esteve associada à idéias-força como o lema positivista da bandeira brasileira – ordem e progresso –, reatualizado entre os anos 50 e 60 na forma das diretrizes *segurança nacional e desenvolvimento*. Desde a primeira metade do século XX, foi incorporada à esquerda a ideia de uma aliança em favor da ‘revolução democrático-burguesa’, sendo posto em evidência o problema da inexistência de uma burguesia nacional incapaz de exercer seu papel. Com algumas variações, esse raciocínio começou a ser questionado⁴ através da reinterpretação do papel das chamadas ‘economias pré-capitalistas’ e do passado supostamente feudal da região, que caracterizaria um *atraso* a ser corrigido.

⁴ Alguns autores foram responsáveis por formar um conjunto de críticas contundentes à tese do caráter feudal da economia colonial. Entre eles: Roberto Simonsen, o historiador argentino Sérgio Bagú, Luis Vitale, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Além disso, destaca-se o trabalho André Gunder Frank que, com base nos autores mencionados, defendera uma mudança de paradigma ao defender que não se falasse de economia feudal na região, mas de modalidades de expansão do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial (Dos Santos: 2000; 90).

Por meio desta concepção, conectada à “longa duração” proposta por Braudel, busco apresentar o pano de fundo necessário à compreensão do posicionamento de classe da *grande imprensa* liberal brasileira incorporando algumas contribuições do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), autor de *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*.

Neste livro, o autor apresenta semânticas envoltas no conceito temporal em destaque. De forma simplificada, diria que sua ênfase repousa sobre a relação entre passado, presente e futuro na história moderna⁵. Trata-se, portanto, do processo que caracterizou a modernidade e também fizera com que a “dimensão inescapável do devir” empurrasse a ação social desde os “espaços da experiência” aos “horizontes da expectativa” – duas categorias históricas utilizadas pelo autor. Conforme a tese de Koselleck, através dessa mudança, a história (*Geschichte*) pareceu estar disponível aos homens, numa forma peculiar de aceleração que caracterizaria a “nossa modernidade” ocidental. É a respeito do início dos tempos modernos e da “perspectiva que se descortina a partir daquele futuro concebido pelas gerações passadas” – o *futuro passado* – que o historiador alemão formula suas análises. Tais percepções relacionadas ao uso do *tempo* como ferramenta metodológica são utilizadas para compreensão dos processos de abertura, transição e redemocratização na segunda metade do século XX na América Latina.

Regime militar: a visão ‘saneadora’ de 64 e o “anti-revanchismo” de 84

Os jornais selecionados defenderam em editoriais, destacados espaços de disputa pela reconstrução da memória, uma interpretação ‘saneadora’ do golpe civil-militar de 1964, bem como mensagens “*anti-revanchistas*”. Estas últimas, em nome da pacificação, situavam as arbitrariedades dos agentes de Estado num tempo (ultra) passado. Além disso, a despeito das diferentes abordagens da *sociedade mobilizada*, a *opinião publicada* caracterizou-se pela associação do conteúdo anti-estado aos valores democráticos e anti-ditatoriais, tornando hegemônicos os “horizontes de expectativa” de

⁵ A abordagem de Koselleck repousa sobre o conceito singular e coletivo de história – a História (*Geschichte*) – forjado no remoto século XVIII. Nesse sentido, retrata em detalhes a mudança ocorrida na passagem de uma concepção plural, de inúmeras histórias, para a de uma única história, no singular. Antes da referida mudança, a expressão latina *historia* (*Historie*) guardava a sabedoria acumulada do passado, a ciência das coisas e dos acontecimentos. Com a mudança progressiva, a história como realidade e como reflexão passou a ser designada por um único conceito (*Geschichte*).

uma determinada classe constituída pelos proprietários da chamada *grande imprensa* – essencialmente burguesa e liberal.

Estudos anteriores e análises pontuais no âmbito da pesquisa realizada permitem destacar a confluência da *grande imprensa* em geral na sustentação dos aspectos acima mencionados, particularmente na conspiração golpista de pré-64⁶. Bernardo Kucinski (1991) relaciona a morte do jornalista Vladimir Herzog com a “crise do padrão complacente”. Este consistia numa manobra liderada pelos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, que conceberam a articulação política entre governo e imprensa, abrandando a censura e garantindo maior complacência com o governo. O assassinato do jornalista nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, em outubro de 1975, foi um dos principais detonadores de protestos em meio à categoria, das pressões por parte de defensores dos direitos humanos em busca de informações sobre os *desaparecidos políticos* e das demais manifestações que tomaram o espaço público. Numa conjuntura de complacência com a abertura controlada, o mártir jornalista contribuíra para acirrar crises agudas, inclusive no âmbito das redações (KUCINSKI: 1991, pp. 60).

Buscando afinar-se com as demandas da sociedade civil, a *Folha de S. Paulo* aborda, no contexto do fechamento do Congresso em 1977⁷, uma questão que emergiria com força nos editoriais de 1984: “o voto secreto popular sempre se fará sentir na exigência de alternativas do Poder, a esse voto popular cabendo o direito de escolher por via direta ou indireta, com o Colégio Eleitoral ampliado ou não”. Como um “fim maior” a ser privilegiado, o jornal referia-se ao projeto político existente “na expectativa da Nação, desde que o chefe do Governo abriu a perspectiva de normalização institucional”⁸.

Já na visão impressa pelo jornal *O Globo*, o governo Geisel escrevia um *Roteiro fiel* (1º.04.1977)⁹, afinado com a “Revolução de Março, no seu 13º aniversário, fiel aos

⁶ Entre outros, ver: ABREU, Alzira Alves de. “A participação da imprensa na queda do governo Goulart”. Em: 1964 -2004. 40 anos do Golpe. Rio de Janeiro: 7letras, 2004; e DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁷ Após 15 dias, o governo anunciara o *Pacote de Abril*, que não apenas definia de forma autoritária a questão da Reforma do Judiciário – pivô do recesso imposto ao Congresso Nacional – como também impunha um conjunto de mudanças constitucionais com o intuito de favorecer a representatividade de setores mais conservadores ligados ao governo.

⁸ Folha de S. Paulo, 1º de abril de 1977, editorial *Os meios e os fins*, p.2

⁹ O Globo, 1º de abril de 1977, editorial *Roteiro fiel*, Capa.

princípios e objetivos que lhe deram origem numa hora dramática da nossa história republicana e da própria sobrevivência nacional”. A propósito de um discurso do presidente, feito para militares e empresários na Vila Militar, o jornal carioca referiu-se ao “movimento que salvou o País da subversão e da anarquia”. Dessa forma, se fazia bastante claro o alinhamento quase incondicional com o regime militar. A “Revolução”, conforme ‘a voz do jornal’, negava “qualquer concessão ou tolerância aos inimigos da liberdade, pois fazê-lo equivaleria a trair os fundamentos políticos e éticos de toda obra de reconstrução brasileira”¹⁰, supostamente iniciada em 1964. Passado o decênio, num total de seis parágrafos, o jornal dedicara os três últimos aos rumos da “abertura desestatizante”, em sintonia com os “compromissos democráticos da Revolução”. Afirmava-se, conclusivamente: “O Estado abre amplamente as portas para que a iniciativa privada ocupe os espaços vazios na faixa prioritária da nossa economia, investindo em atividades básicas do desenvolvimento”. Destacava-se ainda a iniciativa do presidente de incluir “a participação do trabalhador no novo modelo, tornando-o acionista do sistema”. Nestes termos, o número de ‘ações’ concedidas ao trabalhador dependeria de um comportamento “responsável” e da cooperação com o *sistema*, como será observado mais adiante.

Igualmente, no contexto da Campanha pelas *Diretas Já* e do processo sucessório de 1984, *O Globo* e a *Folha* divergiram em inúmeros aspectos. Apresentavam, contudo, visões similares em relação ao chamado “revanchismo”. A *Folha* argumentava que a “campanha cívica” pelo restabelecimento das eleições diretas para escolha do presidente da República deveria afastar-se do “fantasma do revanchismo argentino”. Para tanto, fazia alusão ao caso vizinho no editorial *Argentina, outra realidade* (12.01.1984). Logo no início daquele ano, quando as *Diretas Já* caminhavam para atingir seu auge em termos de mobilização nacional, o jornal constatava que a vitória das forças oposicionistas nos principais estados do Brasil, desde as eleições diretas de 1982, contrariando alguns receios, “não despertou o sentimento revanchista”. O “notável processo no sentido da pacificação nacional” e da “superação dos ressentimentos provocados pelos excessos, tanto da resistência ao regime militar quanto da repressão oficial”, fazia parte d’O *legado político de 1983*¹¹. Numa reconstrução histórica, a palavra “excesso” produz o

¹⁰ O Globo, 1º de abril de 1977, editorial *Roteiro fiel*, Capa.

¹¹ Folha de S. Paulo, 3 de janeiro de 1984, editorial *O legado político de 1983*, p.2. (grifo meu)

efeito de subtrair a sistematicidade¹² característica das arbitrariedades praticadas durante o regime militar. Não é demais lembrar que a radicalização da repressão de caráter “revolucionário” se dera de forma rotineira, sistemática, institucionalizada e padronizada (FICO: 2004)¹³. Logo, tendo em vista o complexo sistema de repressão, o uso daquela palavra numa referência aos ‘*desaparecimentos*’ e às práticas de tortura evidenciava o recurso a uma figura de linguagem que visa suavizar determinada informação; tratava-se, portanto, de um eufemismo.

Meses depois, o jornal realizou uma das muitas pesquisas de opinião pública, por meio da *Pesquisa Folha* (futuro *Datafolha*). Em editorial publicado no dia seguinte à publicação dos resultados da pesquisa – 64, *rumo à posteridade* (2.04.1984) – o jornal concluía (grifo da autora):

Por falta de informação e, talvez, ainda mais por falta de vivência pessoal, o fato é que nada menos que 42,4% dos jovens paulistanos entre 14 e 19 anos declararam não saber se a ascensão dos militares foi boa ou foi ruim para o Brasil. *Supondo que esse resultado possa ser extrapolado para o resto do país, não poderia haver sinal mais claro de que o movimento de 1964 se incorpora à história e deixa de ser um dado significativo para as oposições políticas das novas gerações*”¹⁴.

A perspectiva destacada seria mantida nos meses seguintes após a rejeição pela Câmara, em 25 de abril de 1984, da emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas naquele ano. O tema do “revanchismo” voltou aos editoriais por ocasião das manchetes publicadas, respectivamente, nos dias 25 e 27 de julho: AURELIANO EXIGE QUE TANCREDO PRESERVE O MOVIMENTO DE 64 e TANCREDO DIZ QUE 64 JÁ É HISTÓRIA. Já à época da consolidação das negociações em torno da *Aliança Democrática – Frente Liberal* e grupo peemedebista – e da chapa Tancredo-Sarney, a *Folha* observava “a dificuldade de conciliar o interesse político do presente com os simbolismos do passado”. Além disso, deixava aparente determinada perspectiva acerca da relação com esse passado recente:

¹² Em *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004), Daniel Aarão Reis afirma que a sociedade brasileira, após aderir a valores e às instituições democráticas, “enfrenta grandes em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado” (grifo meu). Ver: REIS, D. A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. Em: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.334p.

¹³ Ver: FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁴ Folha de S. Paulo, 2 de abril de 1984, editorial 64, *Rumo à posteridade*, p.2

“Tais casos [de eventual punição de militares] já estão enquadrados na Lei de Anistia de 1979, *portanto, cobertos pelo esquecimento*. Bem ou mal essa lei assegurou a reintegração dos que pegaram em armas contra o regime, o que foi um passo decisivo para *pacificação política do país*. Até por uma questão de coerência as oposições devem reconhecer pública e explicitamente que o mesmo benefício se aplica aos agentes de repressão acusados de abuso.

Só não é admissível na perspectiva da normalização democrática qualquer acordo público ou privado destinado a obstruir a ação da justiça comum na apuração de crimes comuns. Mas não podemos conceber que uma cláusula dessa natureza esteja implícita na exigência do vice-presidente Aureliano Chaves aos seus aliados”¹⁵

Como observa Álvaro Rico em relação ao caso uruguaio, a convivência pacífica entre vítimas e ‘algozes’ se traduziu na consigna “sem vencidos nem vencedores”, a qual justificava a impunidade dos responsáveis pelas violações aos direitos humanos. A respeito daqueles que denunciaram publicamente os fatos ocorridos durante a ditadura uruguaia dizia-se que tinha “*los ojos en la nuca*” ou buscavam o “revanchismo”¹⁶. Rico ainda menciona o “*olvido institucional*” em referência à *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* (1986). Esta, na prática ao menos, equivale à nossa Lei de Anistia, a qual aparece no editorial acima bastante próxima da palavra “esquecimento”. Vale aqui retomar a ideia de Michael Pollack, para quem “o longo silêncio [da memória subterrânea] sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollack: 1989, p. 5). E as tais “*memórias subterrâneas*”, opostas à “memória oficial”, não permanecem herméticas e intactas. Ao contrário, elas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”. Nesse sentido, é válido inferir que os manifestantes em 84, para além do direito ao voto, tenham desaguado suas ‘memórias silenciadas’ ao longo de 20 anos no manancial das *Diretas Já*.

Como sustentação para a tese da sucessão do presidente Figueiredo pelo pleito indireto, *O Globo* também defendeu a tese do “*anti-revanchismo*” em inúmeros editoriais. Este, contudo, era diretamente associado ao perigo de radicalização da Campanha pelas *Diretas Já*. O jornal carioca reconhecia aos primeiros dias de 1984 o

¹⁵ Folha de São Paulo, 26 de julho de 1984, editorial *Ainda o revanchismo*, p.2 (grifos da autora)

¹⁶ Para uma visão recentemente apresentada acerca do *revanchismo* por ocasião de reivindicação da Lei de Anistia pela OAB, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Anistia, uma revisão*. Texto publicado em *O Globo*, 14 de janeiro de 2010, Seção *Opinião*. Fonte (Acessado pela última vez em julho de 2010):

<http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2010/01/14/anistia-uma-revisao-915527695.asp>

presidente argentino recém-eleito, Raúl Alfonsín, como um “estadista”, cujo desejo era o de “realmente promover a pacificação nacional”, evitando o “revanchismo antimilitar [que] constituiria a pior alternativa para a Argentina democratizada.”¹⁷ Em vias de decomposição após a Guerra das Malvinas (1982), o aparelho militar argentino diferenciava-se do brasileiro, o que determinava significativas variações entre os dois processos de *abertura* e transição. No âmbito dos eixos temáticos da *conjuntura internacional* e do *regime militar*, a Argentina é identificada como o mau exemplo, o qual deveria ser evitado a todo custo – especialmente sendo excluídos os “passionalismos” e “radicalismos” das *Diretas Já*, acreditava *O Globo*.

A menção a fatos históricos mediante *revisão do passado* foi também convertida em mecanismo argumentativo, consistindo em nova convergência opinativa entre os jornais. E isso ocorrera não exclusivamente em espaços destinados ao gênero opinativo, como é possível observar no *Especial 31 de março – 20 anos d’O Globo*. No alto da página três – posição de destaque, se considerarmos regras gráficas do jornalismo –, o jornal imprimiu um breve resumo do histórico sobre a data ‘comemorativa’, exibindo visão pacifista do golpe (grifos da autora):

“A Revolução de 64 foi feita sem derramamento de sangue porque os dois lados evitaram o confronto armado. A trajetória do movimento nestes 20 anos foi uma sucessão de negociações – entre partidos e forças políticas e sociais, entre Governo e sociedade, entre Executivo e Legislativo – entrecortada de hiatos mais ou menos longos, mais ou menos profundos; períodos de predomínio da contestação armada, períodos, com ou sem contestação, de exceção e arbítrio. É nos processos de sucessão presidencial que as crises se condensam: a Revolução, nesse sentido, não representou uma ruptura tão radical com a tradição republicana”¹⁸.

A *Folha*, em matérias e editorial, também recordou a data. Publicado em 31 de março, o editorial *20 anos depois* oferecia ao leitor uma versão de 64 que valorizava a incapacidade de Jango e a perigosa permissividade aos movimentos sociais – fonte de seu ‘descontrole’ – como elementos responsáveis pela ruptura político-institucional (grifos da autora):

“(…) Forçoso é reconhecer, antes de tudo, que a ruptura das instituições então em vigor correspondeu às exigências de significativos setores da sociedade brasileira, inseguros quanto aos destinos do País. O governo João Goulart não se mostrou capaz de conter dentro dos limites da ordem e da lei¹⁹ o caudal de pressões políticas e reivindicações sociais. Concomitantemente a um

¹⁷ O Globo, em 17 de janeiro de 1984, editorial *Sem revanchismos*.

¹⁸ O Globo, 1º de abril de 1984, p.3

¹⁹ Note-se que, em 2 de abril de 1964, a *Folha* defende o golpe justamente *Em defesa da lei*: “Não surtiram efeito os apelos à razão e ao patriotismo dos homens a quem se acha confiada a sorte do país.

desempenho adverso da economia, as freqüentes invasões de terras, o emprego abusivo da arma da greve, a quebra da disciplina e da hierarquia nos quartéis, tudo isso gerou uma crise que desembocou na deposição do Presidente”.

O tom crítico do jornal se faz sentir, nos parágrafos seguintes, acerca da intervenção das Forças Armadas no processo político, feita “em nome da salvaguarda da democracia”: “Em verdade, apesar do batismo oficial de Revolução [sic], o movimento não realizou uma obra digna deste conceito”²⁰ – criticava a *Folha*, antes de desfiar o rosário dos equívocos e fragilidades do ‘degenerado’ projeto de construção do “Brasil-grande-potência”, “oitavo do mundo capitalista”.

Sistema representativo e Sociedade Mobilizada: eles participam, nós participamos

Numa análise dos editoriais relacionados com os eixos que dão título a este subitem, busquei considerar a opinião dos jornais em dois sentidos: (1) o jornal opina sobre o eixo e (2) o jornal como parte do eixo. No primeiro caso, as divergências entre a *Folha* e *O Globo* foram sendo aguçadas na medida da progressiva mobilização social contrária ao regime. Esta, no processo da *abertura*, é marcada significativamente pelo “novo sindicalismo” que surgiu em fins de 70, a partir da ação dos metalúrgicos das montadoras automobilísticas multinacionais e dos que trabalhavam nas empresas siderúrgicas nacionais concentradas em torno da cidade de São Paulo. No rastro do ambiente de efervescência social existente ao declínio da ditadura militar, foram eclodindo inúmeros movimentos sociais e populares (estudantil, de mulheres, de negros, urbanos, contra a carestia etc.). Muitos deles, tal como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estiveram sob o abrigo institucional da Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

(...)Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ver (acessado pela última vez em 29 de agosto de 2010): http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02b.shtml.

²⁰ Em meio à série de reportagens intitulada *Os 20 anos do Movimento de 64*, em 1º de abril de 1984, a *Folha* publicou a reportagem *Processo político leva muitos a mudar de lado*. Na mesma página o jornal publica uma série de fotos do presidente Figueiredo e, a imagem de uma ‘carta’ que o leitor era convidado a enviar ao presidente: “Recorte esta carta e mande para Brasília. Assim, o presidente vai saber quantos brasileiros realmente querem eleições em 1984”. Dizia-se numa legenda abaixo: “Corrente pelas diretas: quem a quebrar, terá Maluf na Presidência” (p.4; 1º Caderno). No mesmo dia, na p.6, o jornal publicou matéria destacando a postura da *Folha* em relação aos “excessos” do regime: *Na reação aos excessos, a posição da “Folha”*.

O movimento dos trabalhadores deu à luta democrática um ponto importante de sustentação e, inicialmente, até contava com a tolerância dos veículos da *grande imprensa*. A ideia de *autonomia sindical* defendida por parte dos trabalhadores ao final dos anos 1970 era bem vista pelos jornais e até desejável. A busca por um novo padrão de negociação entre patrões e empregados, não regulada pelo Estado, chegou a ser saudada como prova de superação da herança de um “velho” sindicalismo. Este era considerado artificial e paternalista, bem como criado pelo Estado Novo para servir a si próprio muito mais do que aos trabalhadores. A defesa da nova proposta foi feita sob a premissa de que ao longo do regime militar o movimento sindical – vinculado ao Estado até 1964 através da “mobilização das cúpulas sindicais em torno do governo Goulart e a favor de suas teses conspiratórias” – “foi depurado das influências espúrias”²¹. Essa interpretação era compartilhada pela *Folha*, embora seus editoriais apresentassem perspectiva mais sensível às reivindicações trabalhistas.

Valorizando a disciplina do operário na fábrica e no meio social, *O Globo* justificava a tutela estatal sobre os sindicatos nos governos posteriores a 64 em função das “necessidades de uma política econômica que inclui[a], entre seus pontos básicos, o severo controle de salários e de preços”²². Meses depois, em 2.11.1978, *O Globo* apresentou *A Reavaliação das greves*. Nela constatava-se: “esse delicado campo das relações entre capital e trabalho precisa reencontrar uma fórmula consistente de disciplina”. Mais adiante, a reavaliação considera que o “Governo aceitou um *modus vivendi* com as negociações diretas, inclusive atendendo à postulação de certos empresários animados pelo *caráter apolítico e pacífico* das primeiras greves metalúrgicas” (grifo da autora).

Nos anos seguintes, o posicionamento d’*O Globo* evoluiu para uma oposição ainda mais frontal. Vale destacar que as primeiras greves e mobilizações trabalhistas da década de 80 foram percebidas pelo jornal como *Uma ofensa ao trabalhador* (13.05.1980). Ele próprio seria o afetado pela “intranquilidade social num quadro brasileiro já marcado por tantas preocupações”. A crise econômica, convém lembrar,

²¹ *O Globo*, 1º de maio de 1978, editorial *Dia do trabalhador*, Capa. Na capa d’*O Globo* de 1º de maio de 1978 o jornal anunciara a escolha d’*O operário padrão de 1978*. Tratava-se de uma campanha do jornal e do Serviço Social da Indústria (SESI) criada 23 anos antes para escolha anual do operário padrão e reconhecimento de “méritos individuais não apenas do trabalho, mas também no lar e na comunidade, de todos os milhões de brasileiros que, no anonimato das fábricas, dão todos os dias, valiosa colaboração para o enriquecimento e o progresso da comunidade”. *O Globo*, *O operário padrão de 1978*, Capa.

²² *Idem*.

avançava com ameaças de forte recessão. “Na economia de mercado” – opinava *O Globo* – “todos os fatores devem funcionar como num sistema de vasos comunicantes e segundo regras bem definidas [e] equitativas”²³. A visão auto-regulável do mercado incluía a necessidade de o país adequar sua política econômica ao fluxo econômico e financeiro internacional, mesmo que ao preço da crescente desigualdade social e *superexploração*²⁴ do trabalho. Algumas reivindicações dos metalúrgicos em greve eram colocadas na “lista de exigências a extremos jamais alcançáveis”. O jornal defendia também a tese da ilegalidade da greve, apontando a palavra de ordem do boicote ou sabotagem à produção para substituir a continuação da falta ao trabalho (a *greve*) como “uma espécie de ação terrorista”.

A *Folha*, por sua vez, aborda no editorial *No fio da navalha* (8.04.1979) um momento também crítico da greve dos metalúrgicos do ABC naquele ano, quando ela foi declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. “Não há exagero em dizer-se que a distância da violência mediu-se pelo fio da navalha” – afirmava a *Folha*, concluindo que “uma ordem social não pode confiar em legislação e instituições impotentes para encaminhar conflitos inevitáveis de interesse”. A solução apresentada foi a seguinte: “rever, com alta prioridade, inclusive em nome do combate à inflação, a legislação que regula as relações entre capital e trabalho, para que cessem as ambiguidades e se tornem desnecessárias as mediações informais e improvisadas”²⁵.

Por um lado, o jornal paulista, especialmente em contraponto ao seu concorrente local (*O Estado de S. Paulo*²⁶), expressava maior sensibilidade para com as reivindicações trabalhistas, dedicando seus editoriais à importância da “formulação de um novo contrato social democrático”. Por outro, a trajetória empresarial traçada pelos

²³ O Globo, 3 de maio de 1980, editorial *Vasos comunicante*, p.4.

²⁴ Para maior abordagem deste conceito, ver: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética de la dependencia* (1973). Em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf> (Extraído de Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia*, México: Ediciones Era, 11ª reimpresión, 1991, pp. 9-77).

²⁵ Folha de S. Paulo, 8 de abril d 1979, editorial *No fio da navalha*, p.2

²⁶ OESP de 10 outubro de 1984 publicou: *O PT, totalitário; e, pois, reacionário*. OESP primava por desqualificar o esforço de construção do partido, como por exemplo em 1984, quando o partido decidiu não participar do colégio indireto que elegeria Tancredo Neves como presidente da República e José Sarney, vice. A postura que se alterou só quando após numa profunda reforma editorial — que inclusive lhe acrescentou cores na primeira página – o concorrente da *Folha* passou a abrir espaço para opiniões “mais à esquerda”, segundo afirmação de Carlos Alberto F. de Melo. Ver: MELO, Carlos Alberto Furtado de. *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação de mestrado. Orientação do prof. Dr. Miguel Wady Chaiá. São Paulo: PUCSP, 1996.

donos do jornal apontaria no ano das *Diretas Já* para um rígido controle industrial e tecnológico, implantado através do pioneiro *Projeto Folha* (1984). Na Apresentação de *Mil Dias: seis mil dias depois*, de Carlos Eduardo Lins da Silva, Otávio Frias Filho deixa em evidência um elemento importante da (re)construção que vinha sendo feita da própria identidade do jornal em vista da *abertura* e transição democráticas:

“Mais recentemente, a industrialização da imprensa tornou possível ao mercado, regular o que era antes regulado apenas pela ideologia. Um compromisso impessoal, milimétrico e quantitativo, com a superfície pública que paga pela informação que consome, tende a substituir os compromissos fluidos, baseados no favor e na missão, com o Estado ou a sociedade” (2005; 48).

A respeito de uma determinada “mentalidade gerencial”, constituída como “mentalidade de mercado”, Mattelart estabelece relação com a globalização do mercado financeiro nos anos 80. Dessa forma, o autor denota a reabilitação da empresa jornalística como instituição social “cidadã”. Os princípios de gerenciamento se erigem em dogma, afirma o autor, e se tornam a “versão técnica do político”. A força do “dogma do gerenciamento” estaria na impregnação de seus modelos no conjunto de outras instituições que, para resolverem suas crises, apelam aos critérios de desempenho e flexibilidade tidos como aprovados no *mercado*. Assim, nos dizeres de Mattelart, “o modelo de comunicação empresarial se naturalizou como tecnologia de gestão simbólica das relações sociais e se difundiu no conjunto da sociedade como o único eficaz” (*apud* Moretzsohn: 2002; 112)²⁷. Diretor de redação da *Folha* em 1984, Frias Filho destacara, por sua vez, os benefícios do “taylorismo” na redação, destacando as preocupações na “racionalização da tarefa jornalística” em benefício de outra espécie de *missão*: aquela estabelecida na relação com o leitor-consumidor-cidadão. Lins da Silva cita as palavras do diretor quanto à questão da estratégia de mercado discutida no texto “Vampiros de papel”: “é o caráter mercadológico da notícia” que, para o proprietário da *Folha*, “institui, numa ponta, a imprensa burguesa, na outra o público burguês, e entre ambos uma simbiose de interesses complementares” (Silva: 2005; 57).

Na primeira versão do *Manual geral de redação*, principal subproduto do *Projeto Folha*, o verbete “mandato do Leitor” explicitava uma espécie de contrato entre jornal e leitorado: “Nas sociedades de mercado cada leitor delega, ao jornal que assina ou adquire nas bancas, a tarefa de investigar os fatos, recolher material

²⁷ A autora cita a seguinte obra: MATTELART, A. *Histoire de l'utopie planétaire – de la cite prophétique à la société globale*. Paris, La Découverte, 1999.

jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às exigências, o leitor suspende esse mandato” (*apud* Albuquerque e Holzbach: 2008; 160). Assim, definia-se uma versão particular do *contrato representativo clássico*, sustentada em quesito comercial e pela garantia de um “jornalismo crítico, apartidário, pluralista e moderno”. As análises até aqui desenvolvidas em torno das opiniões publicadas sugerem que o alcance do propagado “pluralismo” encontra-se limitado numa perspectiva de *classe*. Esta perspectiva marca não apenas o posicionamento da *Folha*, mas dos demais veículos da *grande imprensa*.

Em diversos editoriais publicados ao longo de 1984 a *Folha* defendeu o voto direto e, em favor da *soberania popular*, ficou conhecida como “o jornal das *Diretas*”. O jornal paulista defendeu em inúmeros editoriais a independência do Congresso, não em relação à pressão popular, mas aos militares/lideranças políticas/ partidos políticos. Entre os editoriais que podem servir de exemplo, cito *Congresso sem pressões* (10.04.1984), *Congresso sem tutela* (18.04.1984) e *Congresso soberano já* (25.04.1984) – este último publicado no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. Diante da derrota da emenda, o jornal paulista se coloca do mesmo lado da ‘trincheira’ que o leitor, como porta-voz da frustração e dos anseios da sociedade civil; da sua indignação e esperança; já desempenhando o papel que viria a ser delineado na versão particular do contrato representativo – tão mais fortalecido quanto mais numerosos e sólidos forem os ‘mandatos’ delegados através da aquisição habitual nas bancas ou de assinaturas do jornal (Albuquerque e Holzbach: 2008).

Esta “Folha” não foi a primeira nem a única a exigir diretas-já. Mas não mediu esforços, desde o início, para que a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciando e estimulando. É nessa condição que dirigimos agora um apelo aos nossos leitores e a todos os brasileiros, cidadãos desta Pátria renascida. (...) Em lugar da violência, a participação; em lugar do tumulto, a tranqüilidade; em lugar d desespero, a persistência; em lugar do desânimo, a vitalidade renovada a cada revés. (...) Acima de tudo é necessário manter a ordem, a paz e a tranqüilidade. (...) Continuemos com a mesma intransigência e com a mesma esperança. (...)”²⁸

Ao longo da campanha de 1984, *O Globo* criticava indiretamente a postura assumida pela *Folha* em defesa do *mandato imperativo*: “Colando no índice aqueles de opinião

²⁸ *Folha*, 26 de abril de 1984, editorial *Cai a emenda, nós não*, CAPA. A *Folha* imprimiu a cor do luto: *Use preto pelo Congresso Nacional* – dizia uma faixa da mesma cor no alto da página ao dia 26 de abril. Em caixa alta a manchete noticiava um sentimento, algo estranho aos preceitos da objetividade jornalística: A NAÇÃO FRUSTRADA! Uma grande tabela indicava ainda, nominalmente, o SIM e o NÃO do deputado de cada Estado.

contrária ao seu radicalismo, os novos inquisidores revivem velhos comportamentos obscurantistas e fascistas”²⁹. Em *Metamorfoses do Governo Representativo*, Bernard Manin (1995) observa que o governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos tivessem a obrigação de realizar a vontade dos eleitores e complementa: “esse sistema nunca foi uma forma indireta de soberania popular” (Manin: 1995, p. 10). Segundo o autor, a diferença entre governo representativo e governo do povo pelo povo não estaria na existência de um corpo específico de delegados, mas na ausência de *mandatos imperativos*. Para *O Globo*, a superioridade do sistema representativo repousava justamente no fato de permitir um distanciamento entre as decisões do governo e a *vontade popular*:

“A tendência popular definida nos comícios, assim como nas pesquisas de opinião pública, não vai diretamente para o processo decisório da democracia. Os partidos políticos e o Congresso estão basicamente incumbidos de promover a intermediação seletiva dessas propensões, para que elas possam chegar, no final, representando a média do pensamento, das aspirações e das reivindicações de toda a sociedade. (...) Quando assumem o caráter de máquina de pressão e se apóiam nos valores intimidativos da quantidade, eles [os comícios] significam o oposto da negociação, da busca de fórmulas consensuais, e, portanto se afastam de princípios fundamentais da democracia.”³⁰

O posterior apoio à candidatura Tancredo-Sarney fizera o jornal redefinir seu posicionamento. O princípio evocado – princípio (clássico) da representação – permanecia o mesmo. Contudo, no segundo semestre de 1984, o jornal passou a advogar em favor de uma interpretação diferenciada. *O Globo* incorporava a Campanha pelas *Diretas Já* como elemento catalisador da candidatura Tancredo-Sarney, legitimando assim a via indireta de escolha do futuro presidente³¹. “O que vemos neste momento é a opinião pública disciplinando o seu ímpeto mudancista”, conclui o jornal, “e canalizando-o para a solução transitória – mas legal e pacífica – do sistema indireto”. Nos termos expressos, a Nação dava “abrigo ao Colégio Eleitoral, aceitando-o como instrumento de sua vontade”. Entretanto, destaque-se a mudança em relação à interpretação do princípio representativo oferecida no primeiro semestre: “o eleitor indireto está informado de que não poderá fugir impunemente à sua função de representante daqueles que o elegeram”, ou seja, o *povo*. Estavam estabelecidas as regras do *mandato imperativo*, dispositivo utilizado na argumentação em favor da *conciliação* (“dominação pelo alto”).

²⁹ O Globo, 19 de abril de 1984, editorial *Não é o fim do mundo*.

³⁰ O Globo, 20 de abril de 1984, editorial *Os limites da vontade popular*.

³¹ O Globo, 13 de setembro de 1984, editorial *Muita gente, muito voto*.

Tendo em vista o uso de termos como “opinião pública” ou “povo” no parágrafo anterior, convém uma breve observação. Os editoriais analisados apresentam expressões que remetem aos desejos e expectativas de uma coletividade: “vontade da Nação”; “voto popular”; “Pátria”; “coletividade”; “consciência nacional”; “civilização”; “consciência democrática”; “direito popular”; “campanha cívica”; “demanda cívica”; “forças representativas”, “realidade nacional” etc. O uso destes termos pelos periódicos serve à sustentação das próprias opiniões publicadas. Considerando algumas das “condições de produção do discurso político”³² cumpre realçar tal recurso argumentativo e persuasivo que permite ao jornal situar a própria posição no plano das determinações mais longínquas e mais amplas. A exemplo de artifícios usados em discursos políticos, merece atenção a evocação da noção de poder público. Assim, a *opinião publicada* – ou mesmo a plataforma de um candidato – encontra ali sua sustentação perante o (e)leitor.

A respeito da abordagem dos eixos do *sistema representativo* e da *sociedade mobilizada*, *O Globo* enxergava a pressão popular sobre o Legislativo – assim identificadas as manifestações públicas em favor das eleições diretas – como uma “heresia democrática”³³ e manteve intacta durante o processo sucessório sua defesa das instituições forjadas no âmbito do regime autoritário. Não se tratava de invalidar os “anseios populares”, mas de garantir que eles seriam atendidos seguindo a “lógica oportuna de um desdobramento democrático”³⁴. Na visão expressa pelo jornal, a ação popular direta, através de marchas ou greves (“*estratégia antipovo*”³⁵), caminhava em sentido contrário ao da democracia, tendo em vista a conjuntura política, econômica e social. A mobilização e reivindicação de direitos nos moldes adotados pelos movimentos sociais ligados às bases populares e às entidades civis, com apoio dos partidos políticos de oposição ao governo, eram desqualificadas como expressão da

³² Devo esta interpretação à abordagem presente no livro *Argumentação e discurso político*, de Haquira Osakabe (1999). Neste livro, o autor analisa o discurso político de Getúlio Vargas usando as ferramentas metodológicas da Lingüística e da Análise do discurso. Sem que essa citação signifique a pretensão de um maior contato com essas disciplinas dedicadas ao estudo da língua e da linguagem, parece útil a ideia, oferecida pelo autor, de enfatizar como proposta metodológica as *condições de produção do discurso*. Neste esforço, a perspectiva histórica e a Ciência Política podem cumprir um papel central. Ver: OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (p.82).

³³ *O Globo*, 18 de fevereiro de 1984, editorial *Avanço sem pressões*.

³⁴ *O Globo*, 19 de fevereiro de 1984, editorial *O voto sem radicalizações*.

³⁵ *O Globo*, 12 de outubro de 1984, *A grande vítima, o povo*.

vontade popular. O jornal as caracterizava como sendo movidas por pretensões individualistas, “unilaterais”, incapazes de traduzir uma sociedade “pluralista”.

De acordo com Marcos Francisco N. de Eugênio, a imprensa captou o caráter festivo do movimento das Diretas, “procurando fazer circular a imagem de uma sociedade que, mesmo oprimida, não perdia o senso de humor e a “cordialidade” (Eugênio: 1995; p. 214). O autor observa ainda que a ênfase sobre o caráter festivo dos comícios – o que acabou sendo incorporado à cobertura d’*O Globo* e da *Rede Globo*, após críticas à omissão da mobilização de proporções nacionais no noticiário – destoara do discurso implacável com os protestos que espalhavam o “caos” na cidade paulista em 1983. “Ao fazer o elogio da transgressão simbólica da ordem”, sugere Eugênio, “talvez a Grande Imprensa procurasse expiar a perspectiva da desagregação social contida no protesto e a tensão natural da presença popular nas praças e ruas” (Eugenio: 1995; p. 214).

Ao expressar sua discordância em relação à decisão do Comitê Pró-diretas de realizar uma “paralisação nacional” no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, a *Folha* não utiliza argumentos econômicos, como é o caso d’*O Globo*. Sua opinião é fundamentada sobre a tese da *união nacional* em contraposição ao potencial fragmentador da “paralisação” – entendida como sendo nada menos que uma “greve geral”. Nesse sentido, delimita-se a validade da estratégia, apontando os limites daquela forma de pressão dos trabalhadores: “A forma da eleição do presidente da República não é uma questão de caráter social, mas de caráter político. Ela exige o emprego de instrumentos próprios da luta política.”³⁶ Foram previstas “consequências desastrosas” e uma “profunda fratura no movimento sem precedentes” que vinha exigindo “em uníssono a restauração do direito popular ao alto governo.”

Aquela campanha com forte conteúdo popular, apesar do grito “uníssono” pró-diretas, não eliminava os conflitos inerentes a uma sociedade de classes, a despeito da exaltação em torno do seu “caráter cívico unitário”. Não se trata de diminuir seu papel de destaque no tabuleiro sucessório e sua relevância história, mas sim de evidenciar uma propaganda *unidade* que não comportava plenamente a *pluralidade* de visões e interesses díspares.

³⁶ *Folha de S. Paulo*, 5 de abril de 1984, *Greve é contra diretas-já*

Considerações Finais

“A burguesia tem uma teoria absolutamente própria da opinião pública”, diz Mattelart (1973: 214). Na relação jornal/leitor, chamei atenção para o artifício discursivo de falar em nome de instâncias últimas para defender e legitimar *visões de classe* – a cosmovisão burguesa e liberal. Matizes de um liberalismo mais democrático, reconhecidas no caso da *Folha*, devem ser analisadas no âmbito das mudanças vividas por aquele jornal em busca da (re)definição da própria identidade política e jornalística. É preciso considerar ainda que o *fazer jornalístico* nas redações comportava certa heterogeneidade de perfis político-ideológicos, a despeito de hierarquias e da orientação editorial predominante.

A questão *participação direta/ representação* foi equacionada nos seguintes termos pelos periódicos analisados: a *Folha*, ao cumprir o ‘mandato’ supostamente concedido pelo seu leitorado, exibe seu *status* e uma maior fatia do mercado. Além disso, no decênio estudado, o jornal se destaca política e jornalisticamente por valorizar em sua *linha editorial* a conjugação do verbo “participar” na primeira pessoa do plural: *Cai a emenda, nós não* (26.04.1984). O *Globo*, numa linha mais conservadora e de forma bastante restritiva às manifestações populares, submetia o *direito de participar* ao *direito de ser representado*. A ‘perigosa cooptação das massas’, que viria da ampliação de mecanismos de participação direta, foi (e vem sendo) tratada como uma ameaça a ser combatida em benefício da democracia representativa. Numa analogia ponderada pelas diferenças que separam as conjunturas, O *Globo* parece reproduzir o discurso expresso pelos *pais fundadores* do modelo norte-americano de democracia liberal. O federalista James Madison (1751-1836), por exemplo, em artigo a respeito da *Utilidade da União como preservativo contra as facções e insurreições*, defendia que em um “governo é mais possível que a vontade pública, expressa pelos representantes do povo, esteja em harmonia com o interesse público do que no caso de ser ela expressa pelo povo mesmo, reunido para este fim”.³⁷ A *Folha* faz alusão à relação entre imprensa e associativismo, presente na obra de Tocqueville. Contudo, a pretensão de representar em suas páginas o “pluralismo” da sociedade é limitada pela *visão de classe* expressa na relação com o *passado*, com as demais classes e segmentos

³⁷ MADISON, James. Utilidade da União como preservativo contra facções e insurreições. In: HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. O Federalista. Coleção Os pensadores. São Paulo: Victor Civita Editor, 1985, p. 98.

sociais, com a própria história e as *memórias subterrâneas*. E, claro, com o tempo futuro, projetado a partir de valores e interesses do presente. O “pluralismo”, portanto, está longe de ser contemplado por uma única *linha editorial*.

Por fim, a abordagem aqui privilegiada buscou ser uma contribuição para a crítica às confusões teóricas e práticas que, no contexto da abertura brasileira, equacionaram e igualaram os seguintes elementos: liberalismo político = liberalismo econômico = democracia = antiestatismo (Dos Santos: 1991; 133). O presente trabalho foi orientado também no sentido de demonstrar que, através da *linha editorial* adotada no período destacado, os veículos selecionados – pertencentes a *oligopólios familiares*, parte significativa dos grupos empresariais de comunicação no Brasil – expressaram sua *visão de classe* como porta-vozes da opinião pública ou numa suposta expressão dos anseios e interesses da totalidade da *Nação*. Ao fazerem isso disputavam pela *hegemonia* de seus *horizontes*, impressos em espaços de significativa visibilidade e relevância no cenário político.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso e HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo. Em: Comunicação, Mídia e Consumo. Escola Superior de Propaganda e Marketing. V.5, n.14 (novembro 2008). São Paulo, ESPM, 2008.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A Ideologia do Favor e a Ignorância Simbólica da Lei. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/ RJ, 1993.

DOS SANTOS, Theotonio. Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. 288p.

EUGENIO, Marcos Francisco N. de. Representações políticas no Movimento Diretas-Já. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, nº 29, 1995. (pp. 207-219).

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos A. Pereira. Revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 29, ano 10, 1995 (pp.5-34).

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética de la dependencia* (1973). Em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf> (Extraído de Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia*, México: Ediciones Era, 11ª reimpresión, 1991, pp. 9-77).

MATTELART, Armand. *La comunicación masiva en el proceso de liberación*. Buenos Aires, Argentina: *Siglo Veintiuno editores*, S/A., 1973. 263p.

MORETZSOHN, Sylvia. Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 192p.

NEDER, Gizlene. “Modernização conservadora” ou “via prussiana”? – mimetismo e imaginação sociológica no Brasil. Em: *Cadernos do ICHF*; vol. 57; julho de 1993. 39p.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro (1989): 3 - 15.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Tradução de Argelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142p.

REIS, D. A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. Em: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.334p.

RICO, Álvaro. *Los usos de la dictadura en la democracia posdictadura y las formas de dominación por el consenso*, trabalho apresentado no Colóquio Internacional Sociabilidades, Poder e Cultura Política: Circulação de Ideias e apropriação cultural na Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 27 a 29 de maio de 2009. Texto disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v1n2a32009.pdf>

ROUANET, Sergio Paulo. Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade. Em: ROUANET, S.P. *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (pp. 304-338).

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital – fragmentos para a história de uma geração. Em: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 150-177. (Texto originalmente publicado in: Praga – revista de estudos marxistas, nº 1, São Paulo, Boitempo, 1996).

SANTANA, Marco A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980 e 1990. Em: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: seis mil depois*. São Paulo: Publifolha, 2005. 2ª. Ed. 243p.

SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 264p.

VENANCIO, R. D.O. Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária e comercial. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

Fontes pesquisadas (periódicos)

O GLOBO e *Folha de São Paulo* - edições citadas ao longo do texto.